

O Barão de Studart e o Folclore

FLORIVAL SERAINE

Não obstante haver dedicado a maior parcela de suas atividades intelectuais à Historiografia cearense, em que conseguiu notoriedade e projeção nos círculos especializados, o Barão de Studart deixou trabalhos em outros ramos científicos, como o Folclore e a Dialectologia. Trabalhos em reduzido número, é verdade, mas que não passaram despercebidos aos estudiosos daquelas matérias.

Em sua "Antologia do Folclore Brasileiro" (Livraria Martins Editora — São Paulo, 1943 — págs. 298 a 318) o folclorista e historiador Luís da Câmara Cascudo apresenta ligeiros traços bio-bibliográficos do escritor cearense e transcreve o seu trabalho de interesse folclórico intitulado "Usos e superstições cearenses", saído a lume na Revista da Academia Cearense, em 1910. Regista ainda, da autoria do Barão, o escrito "Notas sobre a linguagem e costumes do Ceará", publicado na Revista Lusitana, de Lisboa, em 1892.

De fato, o primeiro trabalho encontra-se no Tomo XV da revista acima citada, às págs. 28 e seguintes, com o título de "Usos e superstições cearenses" (1ª. parte) e a seguinte indicação: "Coligidas pelo Barão de Studart".

Na mesma publicação, que era editada em Fortaleza, sob a direção dos Drs. Pedro de Queirós, Barão de Studart e Henrique Théberge, este último substituído nos derradeiros anos

de circulação do aludido órgão pelo Dr. Tomás Pompeu de Sousa Brasil, já havia sido publicado, em 1902, "O Cancioneiro do Norte" pelo folclorista Rodrigues de Carvalho (Tomo VII — pág. 56), estudo êste que, posteriormente, foi desenvolvido no volume "Cancioneiro do Norte", cuja 1a. edição saiu em Fortaleza, em 1903, e a 2a., aumentada, na Paraíba do Norte, em 1928, constituindo obra de consulta indispensável aos estudiosos do Folclore nordestino, ao ponto de ser considerado "livro clássico na bibliografia nacional". Anteriormente ao Dr. Guilherme Studart já outros espíritos cearenses haviam lançado as suas vistas para as tradições populares, divulgando alguns trabalhos, sem sistematização científica, ou mesmo definido propósito de especialização folclórica. Em suma, algumas eram obras de cunho literário ou artístico, versando temas populares e tradicionais, como "Lendas e Canções Populares" (1a. e 2a. edições, respectivamente em 1865 e 1892) e "Cenas populares", de que conhecemos apenas a 2a. edição (Fortaleza, 1902), ambas da lavra de Juvenal Galeno; e "Perfis Sertanejos", por José Carvalho, vindo a lume em 1897. Outras, meras descrições ou exposições sumárias, sem qualidade científica apreciável, em artigos na "Revista do Instituto do Ceará" ou no "Almanaque do Ceará", sôbre temas ou fatos de interêsse folclórico.

Embora não possa ser considerada uma produção estritamente folclórica, mas por encerrar matéria de vulto, não só como colheita, mas também interpretativa (em realidade nem sempre aceitável sob êsse aspecto) para o estudo da linguagem popular cearense, cabe destacar o estudo de Paulino Nogueira "Vocabulário indígena em uso na Província do Ceará" (Tomo I da "Revista do Instituto do Ceará" — 1887), o qual ainda hoje é compulsado e referido por lexicógrafos e dialetologistas brasileiros.

Em realidade, a obra folclórica de valor real e grandemente significativa para a sua época, antes da coleta apreclável do Barão de Studart, foi o "Cancioneiro do Norte", de Rodrigues de Carvalho. A propósito dêsse ilustre cultor da Ciência que

ora nos ocupa escreviamos em memória apresentada ao I Congresso Brasileiro de Folclore (1951): “Rodrigues de Carvalho, paraibano que entre nós viveu longos anos, participando significativamente de nossa vida cultural, foi um pioneiro com o seu famoso “Cancioneiro do Norte”. Esta obra constitui manancial fecundo para o conhecimento demo-psicológico da região, e embora, por via de regra, careça de valor interpretativo, significa bastante como “racolta”, coleção de material obtido nos próprios meios tradicionais. O rigor dos novos métodos de pesquisa folclórica, em que têm de ser executadas com fidelidade as delimitações espaciais e temporais dos fatos apresentados, discriminando-se seguramente as próprias fontes informativas, falta, por certo, à obra de Rodrigues de Carvalho, realizada — é justo que se frise — numa época em que os estudos etnográficos e folclóricos não haviam alcançado entre as elites intelectuais brasileiras o aprêço cultural que hoje lhes é atribuído. E, no campo de nossa Ciência, com honrosas exceções, necessitava-se de caminhar com precaução para não tropeçar vez por outra com adulterações ocorridas sob o influxo do espírito literário então dominante” (“Os estudos folclóricos e etnográficos cearenses” — separata da “Revista do Instituto do Ceará”. — Tomo LXVI — 1952 — págs. 8-9). Hoje pouco teríamos que acrescentar ou modificar na exposição destas breves assertivas. E podemos conservá-las ao apreciar um trabalho como “Usos e superstições cearenses”, do Barão de Studart. Valiosa coleta de material, em que são enumeradas 335 práticas e crendices do povo do Ceará, algumas abrangendo, no mesmo item, duas ou mais variantes, não a acompanha o seu autor, todavia, de qualquer estudo comparativo e nem apresenta o menor esforço de interpretação, acêrca da mesma, quer no geral, quer em seus aspectos particulares. O material coligido é, porém, como já se acentuou, de primeira ordem, feitas embora, quanto à apresentação do mesmo, as restrições devidas à falta da rigorosa documentação e de um esforço de sistematização, requeridos pela Ciência.

Especialmente destacamos a relação de usos e supersti-

ções no âmbito da medicina popular, veterinária e humana, nos seus ramos obstétrico, pediátrico, odontológico, etc., e relativamente à terapêutica, higiene, etiologia e prognóstico de certas doenças, em que o especialista nesse importante setor do Folclore poderá encontrar material significativo para suas análises demopsicológicas e para estudos comparativos e de filiações históricas.

Um campo ainda não suficientemente estudado, o da meteorologia popular, que na região cearense oferece aspectos de relêvo, dadas as suas notórias condições climáticas, refletidas na periodicidade das sêcas, vem representado, por diversas vezes, nesse capítulo do Folclore que aborda o escritor cearense.

A "trilogia da vida", cujos temas folclóricos mereceram já a atenção de cientistas como Van Gennep, Sartori, Samter, J. Amades, W. Giese, Sáinz e Sancho e outros, se acha focalizada na coleção aludida de Studart, que menciona superstições e práticas populares, referentes à concepção, à gestação, ao nascimento, ao batismo, ao noivado, ao casamento, à agonia, à morte, ao entêrro, etc. Na parte alusiva ao casamento, de modo particular, e à morte, colhem-se dados inúmeros, no tocante às superstições do ciclo junino, ou das tradicionais comemorações dos santos de junho, especialmente São João, as quais têm sido aproveitadas por alguns folcloristas nacionais em pequenos estudos comparativos ou de buscas de origens.

Mas não se restringe à órbita daquelas subdivisões do estudo folclórico, dentro dos limites empíricos de determinadas ciências, o material nas espécies folclóricas que nos transmite o consagrado historiador cearense. Tão pouco incide êle apenas naquelas manifestações tradicionais da sociabilidade humana, da vida familiar e social, ou, mais pròpriamente, dos costumes familiares.

Em seu trabalho mostra-nos Studart como a alma popular busca atingir planos transcendentés da existência humana, encarando as metas centrais de todos os nossos anseios, que são a busca da felicidade, da saúde, da conservação vital, e as conexas aspirações de prevenir ou de possuir os meios de

evitar o infortúnio, a doença ou o malefício.

Mas há também nessa coletânea de interêsse folclórico uma série de crendices que se plantaram no espírito da massa e não acusam direta finalidade em relação com o destino vital, humano.

Surpreende-se talvez, aqui, o mito de obscura origem ou o vestígio de cultos desaparecidos, deturpados ou acomodados psicologicamente à mentalidade popular.

Studart não procurou embrenhar-se na exegese do valioso material coligido. Esta seria árdua tarefa, mórmente se tentada pelo ângulo da Etnopsicologia ou da Antropologia cultural em suas conexões e implicações sócio-psicológicas.

E' exato que, à maioria dos homens cultos, de nível intelectual superior, parecerão irrisórias muitas das superstições que encontram completa guarida no espírito inculto ou na mente do rurícola. Mas no fundo da alma daqueles indivíduos, às vezes paira temor indefinível, vago receio ou obscuro presentimento, em face de certas ocorrências ou eventualidades, que lhes foram um dia marcadas pelo sinete da influência mítica ou mágica.

E há mesmo aquêles casos de homens culturalmente superiores que são mais susceptíveis do que os outros seres da sua esfera intelectual e social, ao domínio das atuações supersticiosas.

O Folclore — isso está hoje perfeitamente fora de dúvida — não se restringe, pois, às classes inferiores ou incultas da sociedade, nem se circunscreve à vida rudimentar dos núcleos humanos da hinterlândia, dissociados do tráfego civilizador. “Uma continuidade constante — escreve André Ruffat — fio de Ariadne cujo circuito se perde, às vêzes, sob a poeira do esquecimento — liga as superstições ditas “modernas” às mais longínquas crenças dos nossos antepassados. Estamos certos, de nossa parte, ao têrmo de longa investigação, que não existem, para falar com propriedade, superstições novas, mas variantes, ou antes variações sôbre um tema eterno. Por mais baixas, ridículas, que nos possam parecer, essas superstições

não deixaram outrora de ser “nobres” quanto à origem, neste sentido de que, caídas na aberração vulgar, elas tiveram, em seu tempo, uma significação respeitável. Absurda e louca, uma credulidade banal testemunha sempre, se é investigada, a prova da inquietude humana que provocou sua eclosão”. E mais esclarecedor ainda: “A aparência moderna de certas superstições pode enganar ao observador que se contenta com um estudo superficial; os desvios tomados às vezes por certas credices afastaram consideravelmente o objeto e o rito dos fins primitivos, mas todos os caminhos tomados pelos costumes mais bizarros volveu sempre aos mesmos sentimentos iniciais: temor, necessidade de proteção nos casos de magia branca; orgulho, necessidade de dominação nos casos de feitiçaria. E’ provável que tenha ocorrido, em um dia ainda mais longínquo, no início de tais crenças, a afirmação gratuita de um sacerdote, de um adivinho ou de um feiticeiro, dotando empiricamente tal gesto ou tal objeto de virtudes maravilhosas ou mesmo votando-o por sua encantação pessoal a alguma potência dada; em seguida a que, gesto e objeto, se tornaram parte de um rito. Com efeito, se nossos conhecimentos atuais puderam explicar, em certa medida, a eleição de pedras ou de plantas e as credices que a isso foram associadas, não restam menos superstições que nos parecem enigmas; somos forçados, pois, a invocar a hipótese de que um mágico, branco ou negro, lhes foi o primeiro inventor” (“Les superstitions à travers les âges” — Paris, 1951 — pags. 221 e 223). Destarte, seria necessário usar do método histórico-comparativo para rastrear o **processus** no curso de que tomaram a forma atual êsses produtos míticos sul-americanos ou brasileiros, coligidos no Ceará. E, ainda, seguir a orientação de métodos antropológico-culturais, de largo uso hoje na interpretação dos fatos folclóricos, encarando aquêles aspetos a que se denominam de **reinterpretação, aculturação, foco cultural, interêsses**; enfim a “dinâmica do Folclore” com os seus pressupostos de conservantismo e mudança culturais e também as relações entre **cultura e personalidade**. A tradição latina, européia, que nos che-

gou especialmente por intermédio de Portugal, deve ceder também um pequeno lugar àquelas crenças primitivas que nos poderiam advir de africanos e ameríndios. (1)

Transmitidas de geração a geração, e preservadas pela "interação mental", a "sugestão-imitação", nas camadas populares, as superstições e práticas míticas são conservadas, embora sofram variações culturais, em grau, não raro, aparentemente mínimo, mas, por vêzes, bastante valioso como significado ou expressão etnológica.

Lévy-Bruhl, Heinz Werner e outros psicólogos da cultura, mostraram em exaustivos estudos o que sobrevive de primitivo, de arcaico, de mítico e mágico na estrutura psíquica do homem civilizado, a se refletir nos seus processos mentais e na sua própria linguagem quotidiana. Mesmo no homem civilizado, em regra, a verdadeira mentalidade positiva e racional corresponde a um estado de equilíbrio neuro-psíquico, que pode ser rompido por alterações eventuais na esfera emocional ou do psiquismo, favorecendo a irrupção daquelas fontes de superstições e credices. Sem dúvida, entre estas e práticas a elas vinculadas, circulantes nos meios populares e rurais, há as que, apesar de herdadas e familiares, difundidas por interações coletivas, são o resultado da experiência, da observação prolongada de acontecimentos naturais; faltar-lhe-á êsse ca-

(1) Artur Ramos admite, em relação aos prêtos africanos, no Brasil, que eles teriam se adaptado ao tipo de sociedade aqui encontrado. Poderão ter-se deformado, conservando, porém, os elementos dinâmico-emocionais de origem, expressões de complexos primitivos; passando, fragmentariamente, ao folclore. E aduz: "O vasto capítulo das superstições do folclore de todos os povos é constituído de um conjunto de práticas, mágicas, credices, abusões... de diversas origens. Uma destas origens é explicada pela lei da interpenetração de duas ou mais religiões diferentes, etc., etc." ("O Folclore Negro do Brasil" — Rio, 1954 — págs. 28-29).

ráter místico, ainda que grosseiro em seus fundamentos tradicionais. Na medicina popular, especialmente, vêem-se certos dêesses usos que, aliás, não devemos desprezar, pois a medicina científica tem não raro comprovado o acêrto dessa orientação terapêutica, empírica. Todavia, no geral, impossivel é fugir ao sentido profundo dessas sobrevivências — “elementos de cultura, com função substituída ou alterada, que subsistem, embora já hajam desaparecido as circunstâncias sociais que os criaram”, e cujas origens se perdem às vezes no mais longinquo passado. Cremos exorbitar dos limites dêeste nosso trabalho ao entrar em especulações acêrca da magia, de que nos oferece Marcel Mauss uma esplêndida teoria, incluída em sua obra “Sociologie et Anthropologie” (París, 1950), e que, entre outros, Frazer analisou magistralmente, sob o critério das suas famosas leis de “simpatia”.

Para estudá-los, aos usos e credices do povo, que — como já se frisou — interessam também às camadas cultas e aos espíritos superiores; para estudá-los, da mesma forma que a outras revelações folclóricas, fizemos ver a necessidade do recurso aos métodos e definições etnológicas. Mas resolverá isso integralmente o discutido problema da interpretação e conceituação do fato folclórico?

Para os espíritos que não padecem de certa auto-suficiência científica, muito comum entre jovens antropólogos e sociólogos, em particular os que receberam ensinamentos em certos meios positivistas norte-americanos e não dispõem de capacidade nem preparação critica para olhar no conjunto e essencialmente os problemas teóricos em debate; para os que não padecem dessa estulta e ingênua pretensão dos novos tempos; para êsses, evidentemente, não.

Creemos que ainda não se deu o passo decisivo além do que há tempos considerava o folclorista belga Albert Marinus, ao revelar o seu ceticismo no tocante a uma definição autêntica do Folclore, ciência — a seu vêr — não devidamente conhecida (V. “Le néo-folklorisme dans Isidor Terlinck Album” — Louvain, 1931).

Esse mestre europeu, a quem Rafael Corso não hesita em denominar de genial (2), ainda recentemente (1954), na qualidade de Relator-geral do Congresso Internacional de Folclore, efetuado em São Paulo, colocou-se em admirável posição, pelo que de fecundo e construtivo poderia ela determinar, suscitando o desenvolvimento da crítica sôbre certas soluções que alguns pseudo-cientistas teimavam em considerar como definitivas, dando mesmo por encerrado com elas tódo debate teórico acêrca da conceituação do fato folclórico. Admirável posição — acentuávamos nós — tanto mais quanto o agudo professor afirmara constituir sua maior aspiração ainda podermos um dia atribuir autonomia ao Folclore, libertando-o da submissão ou enfeudamento a outras ciências. (V. Documento 300, de 25|10|54 do IBECC - CNFL. "Relatório Geral do Congresso Internacional de Folclore").

Aqui abrimos um parêntese para anotar que não nos parece satisfatória a classificação dos fatos folclóricos, enquanto manifestações sociais ou coletivas, adotada por Alfredo Poviña, em sua "Sociologia del Folklore" (Córdoba, 1945), visto que as ordens (da inteligência, do sentimento e da atividade) a que subordina àqueles — sintetizados, respectivamente, no mito e na legenda, na música, e no uso e costume — nem sempre podem ser isoladas ou se distinguir entre si de forma cabal; antes se relacionam, por vêzes, fundamentalmente, ou, quando nada, se analisarmos os fatos aludidos em sentido mais profundo, da primitividade ou da temporalidade. E' o caso, por exemplo, de certos *folkways*, práticas coletivas, como as respeitantes ao mau olhado e outras, cuja origem se prende ao demonismo, "a forma religiosa mais ampla e mais primitiva" — segundo frisa Sumner (V. *Folkways* — W.G. Sumner — Boston, 1940 — Cap. XIV).

(2) "Folklore" — Ano III — Fascículo III-IV — Nápoles — Outubro 1948 — Março 1949 — pág. 125.

Sem dúvida, ao encarar o fato folclórico andaram em boa trilha aqueles que resolveram aplicar ao seu estudo a célebre distinção saussureana entre **sincronismo** e **diacronismo**, concernente à Lingüística (V. J. Caro Baroja — “Análisis de la Cultura” — Barcelona, 1949). Aludida dicotomização serve para nos mostrar, em suma, como devem ficar enlaçados os dois tipos de estudos e que não é possível compreender a realidade folclórica dentro apenas da perspectiva sincrônica, com as suas delimitações espaciais e temporais, à época presente e ao meio (que se pode tornar cada vez mais restrito) onde são recolhidos os fatos em observação, usando, por exemplo, o “método funcionalista” para interpretá-los ou firmando a investigação sôbre o conceito de “áreas”.

As perspectivas diacrônicas, remontando no curso do tempo e usando a comparação para estabelecer as origens e a evolução dos fatos, têm no “método histórico — comparativo”, de que acima falámos, e que é de tanto acesso entre os especialistas do Folclore, o seu equivalente aproximado. Vale a pena encarar tudo isso. E tudo isso se faz imprescindível à elaboração de um estudo consciente do “complexo folclórico”, em que, evidentemente, nos defrontamos com autênticas obras ou produções culturais. Mas a verdade é que, ao partir de uma consideração sincrônica, poderemos olhar o objeto, o fato, ou as situações em estudo, enquanto **forma**, na totalidade da sua expressão, como uma obra “atual”, uma nova produção, vivida e revivida na experiência peculiar da vida da coletividade, dado que se não pode fugir aos postulados da “dinâmica cultural”, tão bem analisada por um Herskowitz, um Linton e outros antropólogos. Sabemos que não podem as nossas asserções apresentar o caráter absoluto ou serem isentas de exceções, mas o que já se convencionou em teoria científica é que a prevalência do julgamento sempre cabe à regra geral.

Tolavia, desde que se tratou de **forma**, com relação ao objeto ou situação folclóricos, torna-se necessário frisar que para podermos discernir a razão de ser profunda das suas modalidades ou características formais, as determinações radi-

cais que influíram para o seu grau ou matiz expressivos; para penetrar, em suma, até as raízes humanas e vitais do seu **processus** significativo; para alcançar e compreender o sentido muitas vêzes obscuro ou estranho de suas formas simbólicas, tenhamos que recorrer à Etnologia, à História, etc., e então as perspectivas diacrônicas se associarão às sincrônicas para completar o quadro científico de conjunto, através do qual poderemos vislumbrar os rumos essenciais da interpretação.

Certamente, tudo quanto consideramos nada de novo introduz no levantamento de um problema assaz revolvido pelos sábios que se vêm ocupando da teórica do Folclore.

Contudo, julgamos que nenhum feio pecado se cometerá contra a lógica ao procurar induzir a necessidade de, nos estudos do Folclore espiritual — a Arte, a Linguagem, a Crença, o Mito — recorrer-se na interpretação das obras aos dados conceptuais procedentes de uma teoria da expressão, elaborada dentro de uma visão filosófica da Cultura, ou seja recorrendo, essencialmente, a uma Fenomenologia da percepção, como quer Cassirer. Em sua admirável obra "Zur Logik der Kulturwissenschaften" (Göteborg, 1942) demonstra o pensador a coerência e a necessidade de se situar previamente o problema da análise de qualquer obra cultural no plano filosófico, sem que esta posição se choque ou se contradiga com as análises causais que lhe poderão ser aplicadas — no sentido de uma compreensão total da obra. Para êle as duas correntes do saber se complementam e devem necessariamente combinar-se entre si.

Perdem, fundamentalmente, sua razão de ser as tão debatidas distinções entre manifestações do espírito popular e do espírito culto, entre arte popular e arte erudita, linguagem popular e linguagem culta, etc., etc.

Dado que, ao encarar os fatos folclóricos como situações ou objetos culturais, não focalizamos apenas "coisas", situadas no espaço e no tempo, mas também "expressões", a análise terá que abranger não só a obra propriamente dita, aliás, a capa primordial, o alicerce de toda a investigação, e o seu deve-

nir, que se baseia essencialmente na categoria de causa e efeito e se refere ao conhecimento histórico, mas também a sua forma que, no dizer do filósofo de Marburgo, com um passo a mais, nos levará ao ato, em que se sintetizam os processus psíquicos geradores das obras culturais e cuja decantação objetiva representam, de sorte que a sua análise trará à luz “a peculiaridade da **consciência simbólica**, o modo e a direção do representar, do sentir, da fantasia e da fé que sirvam de base à arte, ao mito, à religião”. “Conceitos físicos, históricos e psicológicos — acentua ainda o admirável autor de “Philosophie der symbolischen Formen” — concorrem sempre na descrição de um objeto cultural, porém o problema que se nos depara não consiste precisamente no conteúdo destes mesmos conceitos, mas na síntesis por meio da qual os compaginamos idealmente, para agrupá-los em um novo todo, um todo **sui generis**” (Op. cit. — **passim**). Trazemos aqui estas concepções tão debatidas — as da **forma simbólica**, da **espressione**, e outras congêneres, evocando sempre aquelas considerações tão intuitivamente amplas do Sr. Marinus, ao reclamar para o Folclore a busca da sua autonomia científica.

Certamente, — como já deixámos perceber — ao situar o campo folclórico no plano cultural a que aludimos, se ajustará êle com maior possibilidade científica a êste, sendo reduzido à esfera do espiritual. Temos assim que nos chocar com uma conceituação dominante e à qual já nos filiámos convictamente — a que aconselha a estudar como Folclore a vida popular em tôda a sua plenitude, quer no aspecto material, quer no espiritual. A qual — verdade seja dita — desde Saint-Yves (“Manuel de Folklore” — Paris, 1936) encontrara em nosso espírito aceitação satisfatória.

Entretanto, nada nos impede de modificar um dia nosso ângulo de visão, ao tentar examinar um problema de nova maneira, partindo de fundamentos respeitáveis.

Teríamos incorrido, certamente, em culpa menos perdoável se, porventura, chegássemos ao ponto de fazer como certos autores de eruditas teses, erguidas sôbre o vácuo, pois sem

atendimento àquêles princípios lógico-semânticos indispensáveis à compreensão do âmbito de uma determinada ciência.

Assim sendo, o que êles conceituaram sôbre o Folclore já saía do domínio desta ciência para integrar outra, que estava a exigir nova denominação.

Mas voltemos ao Barão de Studart e o Folclore.

Além do seu trabalho divulgado na "Revista Lusitana", publicação a que Leite de Vasconcelos transmitia as cintilações do seu talento especializado em Etnografia e Lingüística, além dêsse estudo de cunho folclórico e dialetológico, o Barão de Studart deixou o registro de inúmeros fatos de idêntico interesse, em algumas de suas produções no terreno geográfico ou histórico.

A Onomástica popular, a origem no passado cearense de certas expressões que ficaram na linguagem do nosso povo, como o termo **cutruco**, designação pejorativa aplicada aos portugueses, trechos do anedotário, tipos e costumes populares, podem ser recolhidos em trabalhos, a exemplo de "Estrangeiros e Ceará" (In "Rev. do Inst. do Ceará" — 1919), "Geografia do Ceará" (separata da "Rev. do Inst. do Ceará" — Anos de 1923 e 1924), "Climatologia, Epidemias e Endemias do Ceará" ("Norte Médico" — 1913), e outros. No já tantas vezes citado "Usos e Superstições cearenses" o estudioso da linguagem popular encontra mencionados termos do linguajar rústico e plebeu, como **lua cris** (lua em eclipse), **imundície** (pio-lho de galinha), **pedra de raio** ou de **corisco** (artefactos de sílex dos antigos aborígenes, machados, etc.); **mané-magro** (certo gênero de insetos); **espinhela** (apêndice xifoide), **dôres de torta** (dôres uterinas *post-partum*), **jasmim de cachorro** (excremento dêsse animal), **ar do vento** (hemiplegia ou ataque de apoplexia), **as últimas** (placenta), **nascer empelicado** (com a cabeça coberta de uma membrana); **cobreiro** (herpes zoster), **fortuna** (pequeno arbusto decorativo), etc.

Evidentemente, não é das mais significativas a contribuição do Barão de Studart, quer em quantidade, quer em qualidade, no setor do Folclore. Já o havíamos notado anteriormente. Matéria de reduzida extensão legou ao conhecimento dos pósteros, e essa de valor científico restrito, mas não para a época em que foi elaborada, em nosso país, sempre um tanto recuado quanto às aquisições no domínio do saber. Ainda hoje, levando-se em conta o mundo de material folclórico que ainda se encontra à espera de ser recolhido, por todos êsses vastos Brasis, a coleta que nos deixou o escritor cearense sobre êsse importante capítulo das tradições populares não é despicienda, e quem nos dera, em vários outros ramos folclóricos, dispôr de tantos dados valiosos pela sua inegável autenticidade e precisão descritiva.

Ninguém desconhece — e isso tem sido afirmativa de sérios cultores do Folclore — que, no tocante a essa Ciência, ainda nos encontramos na fase da coleta, da pesquisa documentária. Estabelecer conclusões de alcance teórico, formular interpretações com pretensão a definitivas, quando ainda são mal conhecidos ou ignorados, entre nós, múltiplos aspectos e características de determinados complexos folclóricos, seria, destarte, cometer absurdo imperdoável.

O caráter empírico que marca a filiação antropológico-social da Ciência a que aludimos, em que o real, o verificável, deve ser sobreposto ao conjectural, e em que se deve partir da consideração e descrição de situações concretas, leva a assim nos expressarmos. Temos, evidentemente, que partir de fatos, da realidade cultural. Mas, de referência à sua interpretação, aspirando-se a uma sistemática integral do seu estudo, e ansiando pela busca de uma orientação que nos possa indicar, por ventura, os rumos da sua autonomia como Ciência, e considerando ainda os óbices em que tropeçam, no plano teórico, as diretrizes científicas até hoje adotadas, que fixam apenas determinados aspectos do seu estudo, não hesitamos em aconselhar um prévio exame filosófico do problema, focando-o inicialmente no plano da lógica das ciências da cultura, ou da

fenomenologia da cultura, para em seguida tentar estabelecer ou situar dentro dessas considerações preliminares os dados conexos das conquistas interpretativas no domínio da Ciência.

Finalizando, diremos que, ao excursionar pela seara do Folclore, o Barão de Studart não se desviou da órbita central de suas tendências intelectuais — sobretudo manifestes em sua predileção pela Cronologia cearense — as tendências objetivistas que, aliás, parecem ressaltar no processo íntimo da literatura cearense, em tôdas as épocas, e que, sem dúvida, mergulham as suas raízes e radículas criadoras mais fecundas na própria realidade histórica, econômica e social, já de si estreitamente ligada e sob a dependência de certas condições, de trágicos reflexos, peculiares ao ambiente físico ou natural.